



Ministério de Minas e Energia

CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

ATA DA 69ª REUNIÃO

Data: 22 de abril de 2009

Horário: 14h30m

Sala de Reuniões Plenária – MME

Participantes: Lista Anexa

1. ABERTURA

A reunião foi aberta pelo Senhor Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, justificando a ausência do Senhor Ministro e agradecendo a presença de todos os membros do Comitê.

O Secretário-Executivo relatou os resultados da reunião de acompanhamento do PAC na Presidência da República. Informou que para os próximos anos haverá um número maior de empreendimentos hidrelétricos participando dos leilões de energia, fato decorrente do avanço dos inventários de bacias hidrográficas, dos estudos de viabilidade e da aceleração dos licenciamentos ambientais.

Informou aos presentes que a MP 450, que trata da autorização à União para participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE, está sendo debatida no Congresso Nacional e que o MME está trabalhando para seu aperfeiçoamento. Relatou ainda o trabalho do MME na discussão do Projeto de Lei – PL 1.176-E, de 1995, que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação (eclusas). Destacou a importância da navegação fluvial, mas alertou que o tema não pode impor ao setor elétrico custos adicionais que inviabilizem os projetos hidrelétricos.

Na sequência, os membros participantes aprovaram as atas da 67ª e 68ª reuniões do Comitê.

2. MONITORAMENTO DA EXPANSÃO DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM 2009

A SEE/MME fez uma apresentação da evolução da expansão da geração e da transmissão de energia elétrica. Os resultados mostrados na reunião são decorrentes da atividade de monitoramento da expansão.

Na geração, até o mês de março, foram incorporados 448MW, sendo 52 MW em hidrelétricas, 243 MW em termelétricas e 153 MW em usinas do PROINFA. Várias usinas tiveram suas datas de entrada em operação reprogramadas, porém todas ainda no decorrer do ano de 2009, exceto a UTE Santa Cruz que foi postergada para dezembro de 2010. Esta unidade geradora está concluída, dependendo da disponibilidade de gás natural para o seu funcionamento.

Na transmissão, até o mês de março, foram incorporados 131 km de linhas e 100 MVA de capacidade de transformação. Foram destacados os atrasos das LTs Marimbondo – São Simão – Ribeirão Preto e Campos Novos – Nova Santa Rita. A primeira depende da emissão da Licença de Operação – LO para a SE Ribeirão Preto para entrar em regime de operação comercial em sua plenitude; a segunda depende de decisão judicial para ser liberada. No entanto, há expectativa de que essas linhas sejam entregues à operação ainda no mês de maio de 2009.

A ANEEL esclareceu aos membros do CMSE os procedimentos utilizados pela Agência para aplicação das penalidades para os atrasos das obras de geração e transmissão.

Deliberação: a SEE/MME deverá apresentar na próxima reunião um quadro demonstrativo dos empreendimentos de geração e transmissão que estão atrasados, indicando os motivos e os impactos para o SIN.

Na sequência, a SEE/MME apresentou uma avaliação das condições de atendimento para os estados do Maranhão, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Os estudos fazem parte do processo de monitoramento do desempenho operacional desses sistemas regionais, tendo como referência os planos de expansão (PDEE, PAR-PET, PMIS, etc) e também as ações e recomendações de grupos de trabalho criados no âmbito do ONS para avaliar as condições de atendimento desses sistemas regionais, como GTMA e GTRS.

Para o Estado do Rio Grande do Sul, o destaque foi a paralisação da UTE Uruguaiana – 630 MW. Nesse ponto, a proposta é de avaliar alternativas para reforçar o suprimento ao RS, de modo a compensar a perda do bloco de geração da referida usina.

Para o Estado do Maranhão, o destaque foi as contingências nas LTs 500 kV Presidente Dutra – São Luís II C1 e C2 que estão ligadas no mesmo disjuntor de interligação de barras. A proposta é avaliar a viabilidade de implementar a transferência do bay do circuito C2 da barra 02 para a barra 01, atualmente disponível. Ainda para o MA, em relação à desativação das LTs 230 kV São Luís II - São Luís I – C1 e C2, foi proposta a operação desses circuitos até dois meses após a entrada em operação a nova SE São Luís III.

Para o Estado do Rio Grande do Norte, foi destacada a importância do cumprimento do prazo de implantação da SE Natal III, prevista para dezembro de 2010, obra

incluída no próximo leilão do dia 8 de maio. Ainda para o RN, foi proposta a implantação de imediato do setor de 138 kV e a instalação do transformador de 230/138 kV – 100 MVA na SE Paraíso. Essa proposta soluciona problemas de tensão e carregamento no eixo de 138 kV em condições de contingência quando da entrada em operação da SE Pilões. Foi informado que a obra foi consolidada no PAR-PET 2009-2011 e ainda não está autorizada.

O ONS destacou a possibilidade de atraso da implementação da SE Piratininga II. A SE foi objeto de leilão no 1º semestre de 2008, estimando-se inicialmente sua entrada em operação para abril de 2010, sob responsabilidade da CTEEP que foi a empresa vencedora. No edital do leilão, para este caso em particular, foi especificado o terreno de localização da subestação Piratininga II.

Posteriormente, quando do processamento do pedido de licenciamento ambiental junto à CETESB, a CTEEP verificou a impossibilidade de utilização imediata da área destinada à subestação tendo em vista estar a mesma contaminada com óleo isolante tipo ascarel, requerendo um prazo de cerca de dois anos e meio para eliminação do problema. Este prazo é incompatível com a necessidade da subestação para o sistema. A CTEEP está propondo como alternativa, a utilização de outro terreno, próximo daquele indicado no edital.

A ANEEL informou que a questão está em análise pela área jurídica da Agência, tendo em vista que o edital fixa explicitamente o terreno a ser utilizado para a implantação da subestação.

O ONS ponderou que as subestações Piratininga 230/88 kV e Bandeirantes 345/88 kV já estão com suas capacidades esgotadas, com carregamentos da ordem de 110% e 90% respectivamente, em condições normais de operação. Contingências simples de transformadores nessas SEs podem resultar em sobrecargas elevadas, de até 35%.

Salientou que a partir de 2010, caso a nova SE Piratininga II 345/230 kV não esteja em operação, será necessária geração térmica na UTE Piratininga, a custos elevados (da ordem de 40 milhões/mês), para minimizar os riscos de corte de carga em contingências, que poderão atingir até 200 MW.

Deliberação: realizar reunião envolvendo a SPE/MME, a SEE/MME e o ONS, sob coordenação da primeira, para avaliar as obras de transmissão que estão com pendências de implementação, quer por indefinição de autorização ou leilão, quer por óbices legais. As obras deverão ser elencadas por ordem de prioridade e apresentadas ao Comitê para deliberações.

O ONS reiterou a necessidade de acelerar os estudos para reduzir o tempo de tramitação dos processos para inclusão de projetos de transmissão nos leilões. Lembrou que esse tema foi objeto de deliberação do CMSE.

Arquivos relacionados com esse item da pauta:

- *Monitoramento da Expansão – Março 2009*
- *Estudos Elétricos – RS-MA-RN*
- *SE Piratininga*

3. LEI DO GÁS

Esse item da pauta foi reprogramado para a próxima reunião do CMSE.

4. ACOMPANHAMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS COM INTERRUPTÃO NO SUPRIMENTO DE ENERGIA

No período de 06 de março a 17 de abril foram registradas sete ocorrências, todas na rede básica.

Cabe o destaque para a ocorrência do dia 11 de março na SE Brasília Sul, de pequeno porte para o SIN, mas para o Distrito Federal classificada como distúrbio grave.

A perturbação foi decorrente do desligamento automático no setor de 138 kV da SE Brasília Sul e da LT 138 kV Samambaia – Brasília Norte interrompendo o fornecimento de energia às SEs 138 kV Brasília Norte, Taguatinga e Santa Maria.

A causa da interrupção está relacionada com um curto circuito na LT 138kV Brasília Sul – Ceilândia C2, provocado por rompimento de cabo pára-raios devido a descarga atmosférica, com recusa de atuação das proteções do terminal de Ceilândia Sul. Desta forma o curto-circuito foi eliminado pelas atuações das proteções de retaguarda remota da SE Brasília Sul.

O ONS informou que emitiu RAP da ocorrência e as empresas CEB e Furnas estão adequando seus sistemas de proteção nessas instalações para evitar novos desligamentos.

Arquivo relacionado com esse item da pauta:

- *BISE – Abril 2009*

5. EXPORTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A ARGENTINA EM 2009

Foi discutido pelos membros do CMSE o processo de exportação de energia elétrica para o Uruguai e Argentina durante o ano de 2009. A exportação seguirá a diretriz de garantir prioritariamente o atendimento do SIN, tendo como referências os níveis meta e outros parâmetros que porventura venham a ser estabelecidos para a segurança eletroenergética do sistema.

Como políticas de operação, caso os níveis de segurança sejam atingidos **sem** esgotamento dos limites de transmissão da interligação – SE/CO-S, a exportação deverá ser efetuada através de energia de origem hidrelétrica compensável da região SE/CO (limitada a 500 MWmed) e geração térmica por ordem de mérito de custo das regiões SE/CO e S. Caso os níveis de segurança sejam atingidos **com** o esgotamento dos limites de transmissão da interligação – SE/CO-S, os recursos de geração hidrelétrica e térmica da região SE/CO não poderão ser utilizados para a exportação. Os recursos para exportação correspondem à geração térmica da região Sul, não utilizada para atingir o Nível de Segurança.

Deliberação: Para atendimento a determinação contida na Resolução nº1 do CNPE, de 20 de março de 2009, a exportação de energia elétrica para a Argentina e Uruguai em 2009, na modalidade energia elétrica excepcional (energia que deverá ser integralmente devolvida ao Brasil) será **limitada a 500 MWmedios mensais**.

Arquivo relacionado com esse item da pauta:

- [Exportação Argentina 2009](#)

6. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICO DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

O ONS fez a apresentação da sua avaliação das condições de atendimento eletroenergético do SIN – Abril 2009. Inicialmente relatou que no mês de janeiro e na 1ª quinzena do mês de fevereiro, as bacias hidrográficas dos subsistemas SE/CO e NE apresentaram precipitação acima da média, resultado da configuração das ZCAS. A partir do final da 2ª quinzena de março as frentes frias voltaram a atingir as regiões SE, CO e NE, voltando a ocorrer precipitação significativa nas bacias destes subsistemas. Informou que para o próximo trimestre a previsão é de precipitação próxima à média histórica nas bacias dos subsistemas SE/CO, N e NE e abaixo da média nas bacias do subsistema SUL.

Especificamente quanto ao subsistema Sul informou que anomalias na Temperatura de Superfície do Mar – TSM na região do Pacífico Equatorial e do Oceano Atlântico Sul, próximo a costa da Argentina, tem conduzido a região Sul a condições hidrometeorológicas significativamente desfavoráveis. Pela ENA verificada até 21 de

abril, as bacias hidrográficas da região Sul apresentam a segunda pior série do histórico.

Conforme apresentado pelo ONS (PMO Abril/09 – Revisão 3), a previsão das ENAs (%MLT) para o final de fevereiro para os subsistemas é a seguinte: SE/CO – 122%; S – 36%; NE – 110%; e N – 97%, valores significativamente superiores aos verificados no mesmo período do ano anterior, exceto para a região Sul.

O ONS informou aos membros do Comitê que no PMO de abril/2009, quando da aplicação dos Procedimentos de Curto Prazo – POCP para se atingir os Níveis de Segurança nas regiões SE/CO e NE, houve excessiva contribuição de energia da região Sul e o seu armazenamento, ao final do mês, mantida a aplicação, atingiria cerca de 30% EAR_{máx.}, nível inadequado para a segurança do atendimento.

Pelos estudos apresentado pelo ONS, torna-se necessário estabelecer um nível mínimo de armazenamento para a região Sul, para aplicação nos Procedimentos Operativos de Curto Prazo, pois sem essa limitação o armazenamento da região Sul pode atingir valores muito reduzidos, comprometendo o atendimento a essa região.

Tendo como referência o ano de 2006, quando o armazenamento da região Sul atingiu o nível crítico de 30% EAR_{máx.}, o ONS, estabelecendo premissas de carga, geração térmica, geração hidráulica, aqui considerando o atendimento aos requisitos ambientais e de uso múltiplo da água, transferência média de energia e carga, propôs, para aplicação dos POCP em 2009, o armazenamento para a região Sul de 40% EAR_{máx.}

Durante o debate desse tema, os membros do CMSE avaliaram que o valor mínimo de armazenamento não deveria ser utilizado somente na aplicação dos POCP. Esse nível mínimo deveria ser considerado também como balizador para a utilização de geração térmica na região Sul.

Deliberação: quando as condições hidroenergéticas assim exigirem, o ONS deverá utilizar por ordem de mérito econômico os recursos de intercâmbio e de geração térmica para manter o nível mínimo de 40% EAR_{máx.} na região Sul. Este valor deverá ser mantido durante a fase de transição do período seco para o período úmido da região Sul, cabendo destacar que nos últimos meses do período úmido o valor mínimo deverá ser superior a 40% EAR_{máx.} e deverá ser definido de forma a considerar o início do período seco nessa região.

- [*Avaliação das Condições de Atendimento – abril 2009*](#)

7. ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

LISTA DOS PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO
Joaquim Gondim	ANA
Marcelo Meirinho Caetano	ANP
José Cesário Cecchi	ANP
Darico Pedro Livi	ONS
Hermes Chipp	ONS
Maurício Tolmasquim	EPE
Ricardo S. Homrich	MME
Ildo Wilson Grudtner	MME
José Lima de A. Neto	MME
Paulo Altaur P. Costa	MME
Rui Guilherme A. Silva	ANEEL
Antônio C. F. Machado	CCEE
Leonardo Calabro	CCEE
Albert C. G. Melo	CEPEL
Mauro Borges R. Formiga	MME
Marco Antônio M. Almeida	MME
Hugo Leonardo Gosmann	MME
Symone C. S. Araújo	MME
Robésio Maciel de Sena	MME
Domingos Romeu Andreatta	MME
Thiago Pereira Soares	MME
Edvaldo Luis Risso	MME
Antônio Simões Pires	MME
Márcio P. Zimmermann	MME
Altino Ventura Filho	MME
Josias Matos de Araújo	MME